

CONSERVAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO EM CONIMBRIGA: VIRTUDES E DIFICULDADES DE DUAS ABORDAGENS CONFLITUAIS

Virgílio Hipólito Correia *

Resumo

Desde 1519, quando D. Manuel mandou incorporar na igreja de Santa Cristina, em Condeixa-a-Nova, algumas epígrafes romanas encontradas em Conimbriga (como tal sendo identificadas as ruínas da Almedina desde 1561, graças à correcta leitura do Itinerário de Antonino que fez Gaspar Barreiros) que, de acordo com o espírito de cada época, se levam a cabo esforços no sentido de fazer do património arqueológico um veículo de ilustração, informação e educação.

Todavia, só a partir de 1930 o conceito de preservação in situ do conjunto se sobrepõe à perspectiva antiquarista que tinha imperado, o que acontece, aliás, de uma maneira notavelmente precoce em termos nacionais.

Conimbriga, graças ao adquirido histórico que vem desde o séc. XVI e graças ao projecto de intervenção que vem sendo conduzido desde 1930, é hoje um importante polo turístico, cultural e científico. Estas três vertentes entram por vezes em conflito: um turismo massificado (200 000 visitantes/ano) sacrifica o sítio, nas suas estruturas e, em especial, no seu meio ambiental e espiritual; a crescente exigência cultural de uma importante faixa do público coloca exigências a que a investigação e a conservação do património arqueológico responde com crescente dificuldade; as responsabilidades transcendentais da conservação dos vestígios da cidade romana, sobretudo da informação contextualizada na parte não-escavada da cidade (por isso mesmo, a que melhor conservada está), convivem mal com as exigências de acolhimento a mais público, em melhores condições físicas de estada e circulação, com mais informação disponível e mais "pontos de interesse". A comunicação pretende demonstrar e exemplificar a face de dificuldade, mas também a face de recurso, da relação dialéctica entre estas vertentes.

Introdução

Musealização é um vocábulo comumente utilizado para denotar o conjunto de iniciativas e intervenções tendentes a fazer de um monumento, conjunto ou sítio (seja arqueológico) um local de características diferentes, adequadas ao usufruto público e

* Director do Museu Monográfico de Conimbriga. Arqueólogo.

julgadas mais palatáveis pelos potenciais visitantes, seja do ponto de vista estético, informativo ou lúdico. É, em suma, uma forma de Valorização.

Mas não será por acaso que, enquanto Conservação – actividade – base, essencial a todos os desenvolvimentos nestas matérias – é uma palavra existente em todas as línguas com as quais se discutem as variadas problemáticas dos sítios arqueológicos, denotando um conceito que é essencialmente o mesmo, não é possível encontrar um único termo traduzível com pequeno esforço, para nos referirmos àquilo que em português se designa por Valorização, nem tão pouco o vocabulário se estabilizou no que diz respeito à Musealização.

Com efeito, Conservação corresponde a uma atitude generalizada e generalizável perante os vestígios do passado, correspondendo, aliás, a um sentimento muito comum entre as pessoas perante a realidade que as rodeia (e que se manifesta de uma maneira especialmente aguda, actualmente, na atitude frente ao mundo natural), enquanto Valorização, para além de não ter, manifestamente, essa conotação, é um conceito económico cujas implicações não são generalizadamente aceites, cujas consequências nem sempre são compreendidas em toda a sua extensão e de que os processos operativos estão, em geral, por estabelecer.

Valorização, seja através do reuso, seja através de uma outra forma mais consentânea com a natureza dos sítios arqueológicos, surge inevitavelmente como o *leitmotiv* das intervenções que se quereriam, em princípio, de Conservação. A busca de um valor em função do qual a Valorização possa ser medida, leva, inevitavelmente, a resultados oscilando do incómodo ao grotesco.

A inexistência de um conceito abrangente de Valorização (que é produto, possivelmente, da inexistência de um Valor consensual na sociedade), dificulta a solução do problema: o Património não é, normalmente, entendido como um recurso, mas sim como um produto. Ora, apesar do que se possa pensar – e do que é defendido, por exemplo, por muitos arquitectos – o Homem não domina a produção de Património, mas apenas a reprodução dos artefactos que, eventualmente, compõem partes dele. Nem todas as pedras sobrepostas são um monumento, como nem todos os borrões de tinta sobre uma tábua são um quadro. Os artefactos humanos, em toda a sua escala possível, são sujeitos a um devir que não está no domínio dos seus produtores, e é esse devir, e não o artefacto em si, que constitui o recurso patrimonial – recurso precisamente porque não pode ser reproduzido discricionariamente.

Ora um recurso, mesmo quando se explora, necessita de ser encarado numa óptica de Conservação, valorizadora do existente.

Todas as nossas intervenções são, potencialmente, destruidoras do existente, a favor de uma possibilidade, que a prudência ditaria que se julgasse longínqua: a de que a substituição que promovemos se venha também ela a tornar Património, fruto de um devir favorável a esse facto. É a arrogância intelectual (estética) que faz olvidar esta questão, promovendo uma suposta “organicidade” do Património.

O desafio corresponde, portanto, à necessidade de intervir musealizando (valorizando), de uma forma que inclui um risco provável de se revelar mal informada, sem pôr em causa o objectivo perene que é a conservação.

No que diz respeito ao Património Arqueológico a situação é especialmente complexa, dada a natureza dual dos sítios que o constituem.

Os sítios arqueológicos são formados por evidências (que podem ser monumentais ou como tal ser entendidas) em associação. As evidências podem ser recuperadas e conservadas. As associações não: o que delas resta, depois de destruídas para expor as evidências e documentar as relações entre elas, é um conjunto documental, de registos mais ou menos completos, que não é e não pode ser tratado como Património *strictu sensu*, mas só como informação sobre ele, obtida através do sacrifício da parte investigada.

Neste ponto reside um primeiro vértice da natureza sacrificial da intervenção no Património Arqueológico.

Um segundo vértice reside nas dificuldades técnicas de assegurar a longo prazo a Conservação das estruturas arqueológicas expostas, pois a sua exposição acarreta sempre uma desestabilização do equilíbrio estrutural, químico e dinâmico, em que as estruturas se encontravam relativamente ao seu ambiente (antes subterrâneo).

O terceiro vértice – porventura o mais importante, mas que não vai aqui ser abordado – é o da ruptura intelectual que supõe o discurso sobre os sítios arqueológicos. Uma monografia sobre um sítio arqueológico devia ser composta por uma introdução, duzentas páginas em branco e um relatório de escavações: só assim o ritmo do percurso histórico do sítio e a fisionomia do nosso conhecimento poderiam ser mimados (se é que é isso que se pretende). Mas as escalas temporais, as rupturas demográficas, institucionais e económicas, os deslocamentos sociais entretanto ocorridos, fazem de quase todas as mensagens (excepção àquelas muito longas e matizadas) reduções, esquematizações e simplismos no limite do aceitável ou já para lá dele. A maior ruptura de todas é ainda a desvirtuação do uso, que o enobrecimento em Património do que não passou de dejecto não pode deixar de fazer equivaler a uma violação.

Todavia, não há *caveat* que permita contornar o facto de muitos sítios arqueológicos fazerem parte integrante do Património nos seus conceitos mais amplos, não só enquanto marcas físicas na paisagem, mas também enquanto sítios emblemáticos e referências culturais de grande valor informativo e sentimental. Conimbriga está precisamente neste caso.

Conimbriga como recurso cultural

Conimbriga é uma instituição multifacetada (Alarcão 1989, *id.* 1998) que, sob a égide de uma única figura institucional (o Museu Monográfico), gere um património que lhe deu origem e constitui a sua razão de ser (as Ruínas). Esta dualidade gera sinergias que, eventualmente, a ultrapassam desenvolvendo-se outras actividades, nomeadamente:

- a missão educativa inerente a qualquer Museu (seja directamente seja através de instituições terceiras como a Liga de Amigos ou o Centro de Formação de Professores que esta hospeda)

- a conservação e restauro do património arqueológico móvel e imóvel
- a investigação científica aplicada nos domínios da arqueologia proto-histórica e clássica (romano-provincial)

- a gestão do território, designadamente nas suas vertentes patrimoniais e ambientais, derivando das referidas missões educativa e conservacionista.

A salvaguarda de Conimbriga é a missão fundamental da tutela do sítio, a vários títulos: porque é a condição essencial para qualquer desenvolvimento local; porque é efectivamente a missão que mais tempo e recursos consome e, sobretudo, porque é de facto o objectivo crucial de todo o envolvimento de Conimbriga – **legá-la aos vindouros**.

Os conceitos nesta área necessitam, todavia, de elucidação (Alarcão e Correia, n. p.):

– “Salvaguarda” denota o conceito abrangente que informa todas as acções que devem ser tomadas no sentido de assegurar a sobrevivência para as gerações vindouras dos valores que a geração presente mais valoriza dentre aqueles que se podem isolar no(s vários) património(s). El-Rei D. Manuel I, ao mandar colocar na torre da igreja de Santa Cristina as lápides romanas encontradas em Conimbriga, estava a salvaguardar Conimbriga.

– “Preservação” é uma intervenção directa que se destina a despistar os perigos que afectam as zonas arqueológicas. A preservação tenta condicionar a envolvente dos vestígios arqueológicos por forma a que estes se eximam às pressões destrutivas: o “Terreno da Faculdade de Letras” adquirido por essa instituição em 1929 foi, assim, objecto de uma medida de preservação. A salvaguarda de Conimbriga, hoje, necessita de acções de preservação a vários níveis, nomeadamente legais, tutelares e de planeamento.

– “Conservação” é a actuação directa sobre os vestígios arqueológicos destinada a permitir-lhes (em abstracto) uma taxa de sobrevivência física tão alargada quanto possível, ou a alargar o período de sobrevivência daqueles vestígios já identificados. Neste sentido, a decisão institucional de não prosseguir escavações arqueológicas em larga escala no planalto da cidade é uma medida de conservação.

Estas tarefas, em conjunto, não poderiam ser levadas a cabo, se o vector institucional não estivesse assegurado. Em suma, é a Valorização de Conimbriga que permite a sua Conservação, o que não constituiria sequer matéria de reflexão não fora a natureza conflitual de Valorização e Conservação.

A resolução do dilema tem necessariamente de passar pela adopção de um rumo institucional e de uma estratégia equilibradas; tem, em suma, de encontrar um Valor – que não vai ser consensual, admitamo-lo à partida – em função do qual o sítio arqueológico possa ser intervencionado e adequadamente protegido, e também em função do qual as necessidades e as conveniências da Conservação possam ser contrastadas.

Valorização do programa museológico de Conimbriga: o ponto da situação

O ponto de equilíbrio encontrado em Conimbriga foi o de encarar o sítio arqueológico como um recurso educativo em sentido lato (Alarcão 1993), e encarar da mesma forma a actividade museológica nele desenvolvida como uma experiência de comunicação educacional. Neste sentido, não só a Valorização de Conimbriga deve favorecer a sua Conservação, genericamente considerada, como devemos dar atenção a que nem secundariamente a missão essencial do Museu, enquanto entidade museológica, seja desvalorizada em função dos projectos de valorização:

Reserva arqueológica – torna-se necessário estabelecer como um princípio que Conimbriga não vai ser, nunca, integralmente escavada, o que deve acontecer por várias razões. A primeira delas é a da inutilidade de mais escavações para um projecto integrado

de Musealização; as condições de preservação das estruturas e a sua tipologia, aliadas a outras condicionantes como o tipo de público e a sua sazonalidade fazem com que não seja previsível que uma maior área aberta ao público significasse mais público, ou um público mais satisfeito. Há, aliás, área intervencionada arqueologicamente, que não está ainda aberta à visita, e por aí parece sensato começar. A segunda ordem de razões é a da impossibilidade, com os recursos disponíveis e os programáveis (uns e outros escassos), assegurar a Conservação de mais do que está exposto. A terceira razão é a da necessidade de fornecer equilíbrio urbanístico à zona, já que o público não consome apenas área arqueológica, mas sim (e cada vez mais) zonas limítrofes acessórias, que há que disponibilizar.

Isto significa, todavia, que a área intervencionada museologicamente tem de crescer. A muralha do Baixo-Império marcou, desde Gaspar Barreiros e até à intervenção da DGEMN nos anos trinta a cinquenta do século passado, o imaginário de Conimbriga (Correia 1999b), marcou por isso, inevitavelmente, as intervenções levadas a cabo, pois era o limite incontornável da definição da cidade. A compreensão da muralha augustana como limite da cidade romana (e, consequentemente, da área arqueológica) é tarefa inconclusa, e a frutificação dela é imprevisível.

Área arqueológica – Entendida a área arqueológica (visitável) como instrumento indispensável à Valorização de Conimbriga e, portanto, vantajoso à sua Conservação, e sem desvalorizar a derivação e a *nuance* que esta dupla definição implica, estamos perante a peça essencial de um programa de intervenção museológica (e necessariamente arquitectónica) nas Ruínas (Cruz e Alarcão 1999).

Esse programa estabelece algumas premissas de intervenção de que é talvez útil salientar apenas algumas: a criação de uma área arqueológica contínua; a adaptação da fruição da Ruína à sua constituição original, que significa respeitar os percursos originais dos edifícios e entre eles; a abrangência holística da História o que implica o diálogo com os vestígios pré-romanos, com a aldeia de Condeixa-a-Velha e com a historicidade das intervenções anteriores (do restauro da muralha à cobertura da casa dos repuxos, passando pela desmontagem do *caldarium* das termas do sul).

Nó dinâmico de várias redes – Em época em que a noção de rede ganhou, contra natura, um significado institucional muito preciso e é alvo de definições normativas, é talvez estranho pensar nas redes que, não contando com tais desideratos, se formaram incorporando Conimbriga como um dos seus nós. A rede nacional dos monumentos chave para o conhecimento do país, a rede turística local de Coimbra (por vezes a gastrónoma também), a rede do turismo popular da região Centro (com a Nazaré, Fátima e o Portugal dos Pequenitos), as redes europeias das cidades romanas que todos os investigadores têm de conhecer e dos Museus de sítio que nenhum arqueólogo deixa de visitar, a rede dos laboratórios de conservação e a das oficinas de restauro de mosaico. Mais recentemente, a rede dos locais inconventionais de espectáculos ou a rede dos centros de divulgação cultural.

A abordagem holística da história da cidade deve integrar esta problemática na própria programática da sua Valorização e Conservação, não dirrimindo a cidade romana do seu reuso, antes integrando um e outro momento do tempo do lugar.

Programas e projectos

Em 1964, escreveu-se no nº 116 do Boletim Monumentos (p. 33), dedicado às Ruínas de Conimbriga (Consolidação de mosaicos e Museu Monográfico), o seguinte: "O alastramento das áreas sondadas e a garantia de existência de elementos arqueológicos, conduziu, por seu turno, à aquisição de largas parcelas de terrenos, alguns deles situados ainda intra-muros e outros excedendo já os limites da muralha protectora, por forma a que à malha já inspeccionada pudesse ser assegurada a devida protecção contra os perigos de toda a ordem a que estes terrenos estão sujeitos quando neles se realizam trabalhos agrícolas de rotina. Estas aquisições, longe ainda de estarem terminadas, permitiram, sem embargo, o alargamento progressivo da definição dos limites da cidade, excedendo largamente o que as primeiras escavações deixaram antever".

Quatro décadas passadas ainda aí estamos, mas agora munidos de um novo conceito do que foi Conimbriga enquanto fenómeno urbano, e da morfologia antiga da cidade (Correia 1999a).

Podemos portanto, com muita objectividade, fazer corporizar num grande projecto de Preservação, Salvaguarda, Investigação e Conservação, uma nova fase de desenvolvimento de Conimbriga enquanto instituição museal. A intervenção arqueológica na zona norte da casa dos repuxos e no anfiteatro, que se estenderá indubitavelmente por muitos anos, será, por outro lado, estruturante da renovação física do Museu (que necessita de novas zonas de trabalho e de uma nova reserva, que por sua vez se integrará numa intervenção mais larga (designadamente através da construção de uma sala de exposições temporárias).

Mas não será aí que se jogará a grande parada. Será sobretudo no discurso museológico construído nessa base, na audiência desse discurso e no apreço que gerará, que a continuação de Conimbriga no seu papel de instituição de referência no património arqueológico português se afirmará: "não é suficiente que a 'mensagem' transite entre os vários actores desse drama, mas, sobretudo, que se tenha estabelecido uma 'comunicação inteligente' entre eles; que a informação não seja apenas recebida, mas também compreendida e assimilada por cada uma das partes" (Trindade 1990, 25).

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Adília, 1989: “O sítio de Conimbriga e o seu Museu Monográfico”. *Museum* 161, nº 1, 22-24.
- 1993: “Poesia e pedagogia de Conimbriga”. *Estudos Italianos em Portugal* 54-56, 9-14.
- 1998: “Conimbriga. Balanço de 100 anos de actividades”. In *Encontros Cem anos de Arqueologia “O Archeólogo Português”* (Vila do Conde, APPA-VC), 67-76.
- Alarcão, Adília e Correia, Virgílio Hipólito, n.p.: “Conimbriga: Investigação, salvaguarda e apresentação. Programas e projectos”. In Correia, V. H. (ed.) *Perspectivas sobre Conimbriga* (Lisboa, IPM), no prelo.
- Correia, Virgílio Hipólito, 1999a: “Desenvolvimentos recentes da investigação arqueológica em Conimbriga”. In Alvarez Palenzuela, V. (ed.) *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa* (Madrid, Univ. Autónoma), 11-32.
- Correia, Virgílio Hipólito, 1999b: “Arqueologia e imaginário”. *Boletim Municipal da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova*, 1, 18-19.
- Cruz, José Carlos e Alarcão, Pedro, 1999: Projectos de intervenção no complexo de Conimbriga. Comunicação apresentada ao seminário “Cidade Turismo e Arqueologia. Condeixa e Conimbriga, um processo de desenvolvimento urbano” (Conimbriga, Maio de 1999).
- Trindade, Armando Rocha, 1990: *Introdução à comunicação educacional* (Lisboa. Univ. Aberta).

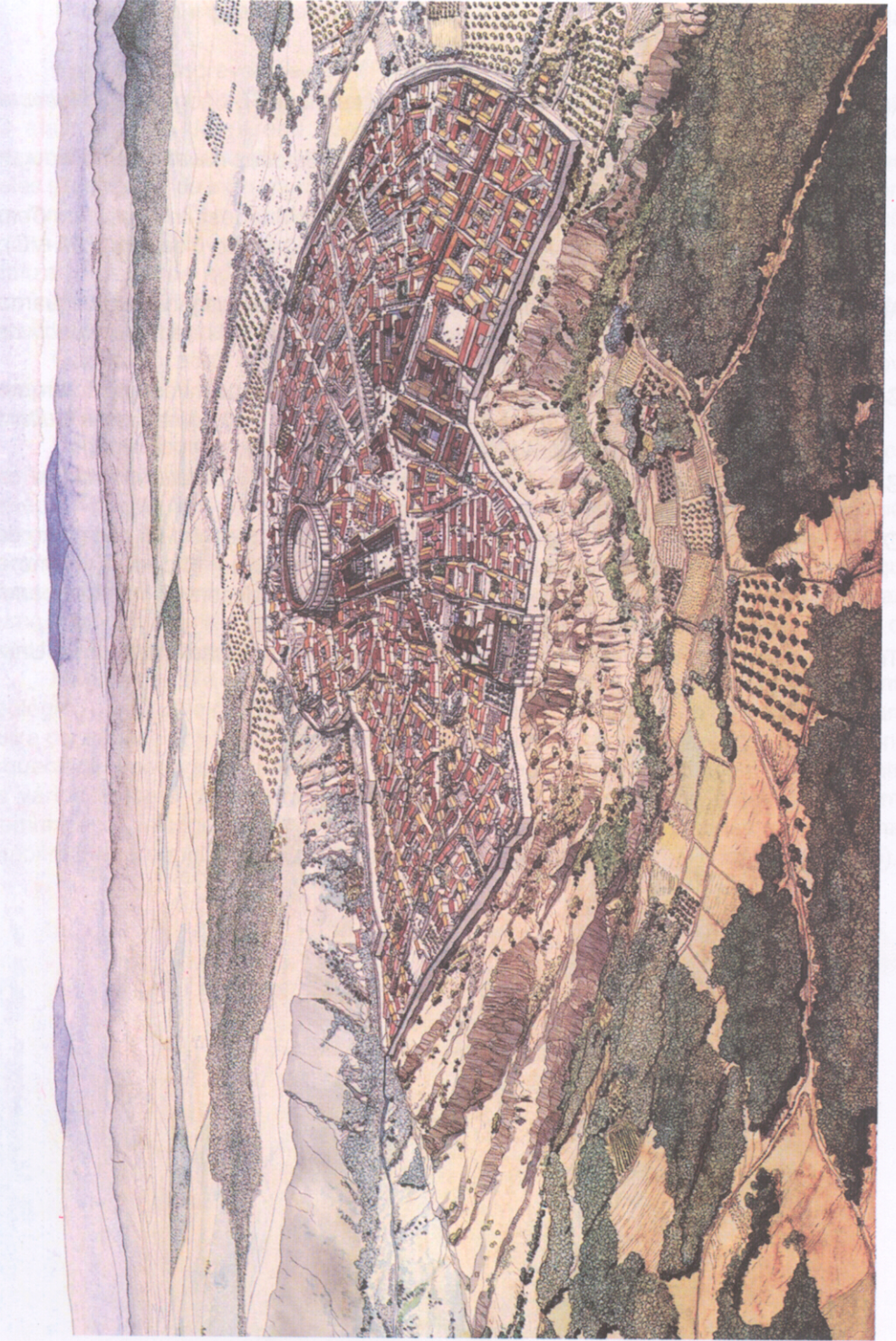


Figura 1 – Ensaio de visualização de Conimbriga no séc. II d.C. (Jean-Claude Golvin).



Figura 2 – Programa base de intervenção em Conimbriga (V. H. Correia e J. S. Ruivo).